

Acu x
me p y



A reunião dos progressistas e do Centrão adiantou bastante as negociações em torno dos capítulos da Seguridade e da Saúde

Líderes tentam acordo para apressar votação

Representantes de todos os partidos na Constituinte se reuniram ontem para tentar chegar a um acordo que acelere a votação do Título da Ordem Social, que começa na próxima segunda-feira. Eles analisaram os capítulos da Seguridade Social e da Saúde, mas não conseguiram chegar a um consenso em relação ao orçamento da seguridade e ao sistema único de saúde. Os pontos divergentes serão debatidos durante a reunião de lideranças, que será realizada antes da votação.



Esse sistema deverá ter como base a universalidade da cobertura e do atendimento; uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços para as populações rurais e urbanas; irredutibilidade do valor dos benefícios; e bases de financiamento diversificadas. Uma de suas características deverá ser a descentralização da gestão administrativa, feita com a participação de trabalhadores, empresários e da comunidade.

A dificuldade de entendimento está no artigo que define que a seguridade social será financiada por toda a sociedade. Isso porque o texto da Comissão de Sistematização estabelece que as contribuições dos empregadores incidirão sobre a folha de salários, o faturamento e o lucro; enquanto que o Centrão quer apenas o desconto na folha de pagamento. Além disso, existe um impasse em relação ao orçamento da seguridade,

pois o texto da Sistematização quer que ele seja elaborado pelos órgãos responsáveis pela saúde, assistência e previdência.

Saúde

As negociações em torno do texto que trata do Sistema de Saúde foram mais difíceis. A ala progressista quer que seja mantido o texto da Comissão de Sistematização, que cria o sistema único de saúde, que será regulamentado, controlado e executado pelo Estado. É assegurada a livre iniciativa na assistência à saúde, desde que participem de forma complementar e com contrato ou convênio que será regulamentado em lei. Terão preferência para atuar na área as entidades filantrópicas e as sem fins lucrativos. O Centrão não aceita essa tese, argumentando que deve ser preservado em todos os setores o princípio da livre iniciativa, regulamentando em seu texto a assistência à saúde pela iniciativa privada.

UDR denunciará parlamentares

Feira de Santana (BA) — Mesmo depois de se sair vitoriosa na votação sobre a reforma agrária na Constituinte, a União Democrática Ruralista (UDR) vai denunciar na Bahia os parlamentares que "quando estão nas suas bases no interior fazem discursos em defesa dos produtores rurais e quando chegam em Brasília, na hora decisiva, ficam contra o campo", como disse nesta cidade o presidente regional da UDR, Zoroastro Azevedo.

"Vamos tirar a máscara daqueles que fazem um discurso e agem de outra forma", ameaçou o dirigente da UDR, citando o exemplo do deputado baiano Jairo Carneiro, do PFL, "que parecia estar conosco e ficou a favor do texto do relator da Comissão de Sistematização, Bernardo Cabral, que abria uma brecha perigosa ao admitir a de

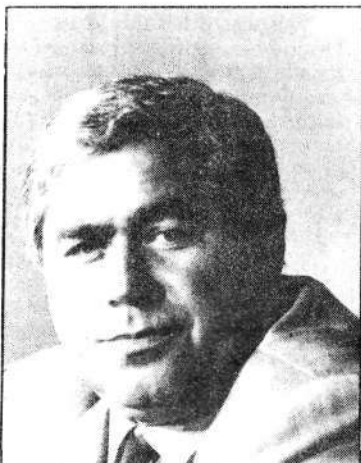
sapropriação da terra produtiva que não cumprisse a função social".

Aborrecido com a postura do constituinte baiano, a quem acusou de ter tido "um comportamento ridículo", Zoroastro Azevedo disse que já na próxima semana a UDR vai encaminhar aos seus filiados uma mala direta contendo os nomes daqueles parlamentares que se posicionaram até agora contra a iniciativa privada e a favor das propostas de esquerda na reforma agrária.

Segundo Zoroastro Azevedo, "alguns deputados são beneficiados com apoio financeiro dos produtores rurais e depois ficam contra nós. Os esquerdistas já tem suas posições conhecidas há muito tempo, mas existem aqueles que se beneficiam com o nosso apoio e depois ficam contra nós. Vamos denunciá-los", frisou.

Newton rejeita divisão

Belo Horizonte — Preocupado com a proposta de divisão de Minas através de emenda na Constituinte que facilita a criação de novos estados — no caso específico da emancipação da região do Triângulo Mineiro — o governador Newton Cardoso decidiu ontem permanecer no País para acompanhar a votação das disposições transitórias, suspendendo, assim, sua viagem a



Cardoso não admite separação

Portugal no próximo dia 20 de maio, quando faria uma palestra sobre privatização e a defesa da economia de mercado. Para anular o crescimento do sentimento separatista dentro da Constituinte, Cardoso já conversa com todos os governadores do PMDB, mostrando a seus colegas que o Estado por tradição histórica é indivisível.

Apesar da confiança de que o mandato do presidente José Sarney será fixado em cinco anos, o governador de Minas revelou, também, que acompanhará a votação sobre o tema em Brasília. Ele acredita que esta iniciativa, inclusive, garantirá maior segurança e tranquilidade ao presidente da República.

Newton Cardoso anunciou para o fim deste mês um encontro em Monte Verde, no sul de Minas, com seus colegas de São Paulo, Orestes Quêrcia, e do Rio de Janeiro, Moreira Franco. Na pauta das conversações ele assegurou que não está a sucessão presidencial, mas um documento com propostas concretas para a economia nacional, que entregará ao presidente Sarney.

Intervenção leva prefeito à renúncia

Aracaju — O prefeito de Aracaju, Jackson Barreto (PSB), renunciou ao mandato, ontem, um dia após ter sido substituído na prefeitura pelo interventor nomeado pelo governador Antônio Carlos Valadares (PFL), devido a atos de corrupção apontados pelo Tribunal de Contas na administração municipal. Em sua carta de demissão, que entregou pessoalmente ao presidente da Câmara de Vereadores de Aracaju, Luiz Correia Alves, Jackson Barreto diz ter consciência de que exerceu o cargo de prefeito com dignidade e anuncia que irá candidatar-se a vereador do município nas próximas eleições.

"Vou começar tudo de novo, porque quero ser julgado pelo povo", disse Jackson Barreto, que foi vereador de Aracaju, antes de eleger-se deputado estadual, duas vezes deputado federal e depois prefeito da capital, pelo PMDB.

Sua renúncia altera o quadro político sergipano, caracterizando o rompimento entre o PFL e PSB, que fizeram parte da aliança política que elegeu Valadares governador.

Jackson rompe a Aliança acusando o governador de ter agido como "Judas" no episódio da intervenção municipal, enquanto Valadares responde alegando que "não podia deixar de cumprir as promessas feitas durante a campanha política, compactuando com a corrupção".

Cadeia

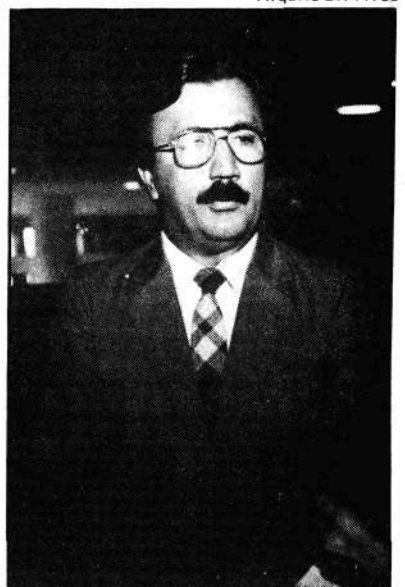
Protegido por 50 homens da PM sergipana, que desde cedo cercaram o prédio, o interventor Antônio Militão Silva esteve ontem de manhã na prefeitura para começar a desempenhar suas funções. Ele empossou seu secretário, formado por pessoas ligadas politicamente ao governador Antônio Carlos Valadares.

"Mandarei para a cadeia todos aqueles que, na Prefeitura, roubaram o dinheiro do povo", prometeu Militão, irritado com as acusações de Jackson Barreto, algumas de cunho pessoal, dirigidas a ele e ao governador.

Ofensas

A população de Aracaju acompanhou ontem, pelas emissoras de rádio locais, uma troca de ofensas entre Valadares e Barreto. Os dois eram aliados políticos, mas terminaram rompendo como consequência da intervenção na Prefeitura, pedida pelo Tribunal de Contas do Estado, que constatara irregularidades nas contas do prefeito referentes ao exercício de 1986.

Arquivo 21/11/85



Barreto está sob suspeita